

7º ENCONTRO SETORIAL NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO.



GUARULHOS, 26, 27 E 28 DE OUTUBRO DE 2001.

I - TESE APROVADA PELOS DELEGADOS E DELEGADAS PRESENTES AO ENCONTRO.

INTRODUÇÃO

O encerramento do século XX trouxe com ele a síntese constituída no período do Renascimento e do Humanismo, período de instituição de “novos valores” que na sua implementação, violentou nações, princípios e territórios, estimulou revoluções e afirmou ideologias contemporâneas, originando um período contraditório da nossa sociedade excludente, injusta e antidemocrática.

Nesse final de milênio perduram e se afirmam, cada vez mais, formas distintas de discriminação racial. Mesmo nas sociedades ditas democráticas e livres, o racismo está presente, e as maneiras pelas quais ele se manifesta e perpetrado varia de acordo com culturas, contextos históricos e processos hegemônicos de constituição de estados e governos. Objetivando ocultar a segregação e a violência promovida pelo mito da democracia racial, definido como padrão de relações raciais em que as oportunidades são iguais para todas as raças envolvidas, como modelo de convivência harmônica entre raças. Desconsiderando a realidade da farsa histórica, que possa justificar o jogo de um sistema racista através de um processo de dominação e não aceitação do outro. Institucionalizando a exclusão social, naturalizando relações autoritárias, paternalistas e clientelistas. Persistindo assim, a reprodução de um modelo sócio-cultural e econômico essencialmente branco, machista, cristão, eurocêntrico e heterossexual.

Partindo desse cenário, o centro da tese aprovada pelo 7º. Encontro Setorial Nacional de Combate ao Racismo é apontar para alguns fatores que podem auxiliar na análise crítica das estratégias de combate ao racismo, que estão em marcha na sociedade brasileira desde o final do século passado.

APROFUNDAR O DEBATE SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE COMBATE AO RACISMO NO BRASIL.

Para tanto, é necessário evidenciar qual é o tipo de diálogo que o movimento social negro tem travado com o Estado Brasileiro e todas as formas de representação em âmbito federal, estadual e municipal. O diálogo deverá objetivar as possibilidades e os limites das forças políticas que governam o Estado brasileiro de incorporar e realizar políticas públicas de combate ao racismo.

É no jogo das relações políticas, isto é, das relações de poder, em que se trava o diálogo em questão, também chamado de negociação.

E no jogo das negociações, a argumentação mais forte está no fato da incorporação do discurso e práticas de combate ao racismo se constituir em ganhos democráticos, principalmente, para as forças políticas que as implementam.

Quais são os setores sociais e forças políticas que estão abertos, dispostos a enfrentar essa tarefa política?

Qual é o caráter dessa ação política? Neoliberal, centro-esquerda ou radical de esquerda?

As reformas de ação de combate ao racismo tem ocorrido na direção de quais grupos sociais?

Elas serão capazes de atingir quais camadas da população negra?

Qual é o grau de exclusão que tal política responde?

Qual é o alcance das reformas jurídicas e administrativas que estão em marcha? Quebrar o mito da democracia racial e a resistência da mentalidade racista e conservadora, é tudo o que queremos?

Ou precisamos avançar na direção de impactos e resultados concretos, na melhoria da qualidade de vida da população negra de nosso país?

Essas questões são importantes para orientar as análises das estratégias de combate ao racismo da militância anti-racismo do Partido dos Trabalhadores, num período em que se esgota um modelo de participação política iniciado no

primeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso, com a incorporação de reivindicações históricas do movimento negro, no plano jurídico-institucional, na perspectiva de atualizar a atitude das classes dominantes diante da questão racial negra.

Com a proximidade de oito anos de governo, constatamos o que já afirmávamos na tese aprovada em 1996, no IV Encontro Nacional de Negros e Negras do PT: a impossibilidade de mudanças estruturais nas relações raciais em um governo de orientação neoliberal; a incapacidade de um governo em dar um novo tratamento às desigualdades raciais e na relação do Estado brasileiro com o racismo, a discriminação e o preconceito vigentes.

O ESGOTAMENTO DE UM CICLO: A NEGOCIAÇÃO COMO PRINCIPAL ESTRATÉGIA PARA O COMBATE AO RACISMO NO BRASIL

Vivemos na maior nação negra fora da África, que assistiu mais de 5 milhões de africanos/as serem escravizados/as (cerca de 40% do total de negros arrancados da África pelo tráfico escravista). Conforme nos mostra o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), as condições de vida dos/as negros/as no Brasil hoje não difere da África.

Ganhamos os piores salários, somos os primeiros a sermos demitidos, os livros escolares não contam nossa história, nossa juventude sofre em decorrência da violência policial e as mulheres negras sofrem uma tríplice opressão.

Porém, temos uma história de resistência neste país, simbolizada na luta de Dandara e outras mulheres, de Zumbi dos Palmares e outros e outras grandes líderes revolucionárias.

Na história mais recente, desde finais da década de 70, o chamado movimento negro brasileiro, nas suas diferentes formas e matizes ideológicos, tem se mobilizado para pressionar o Estado Brasileiro.

A estratégia utilizada foi a do diálogo, ou se preferir, a da negociação. Ela atendeu, ainda que parcialmente, às antigas reivindicações da parcela organizada

da população negra, o que denominamos de movimento social negro contemporâneo.

Destacamos alguns exemplos da implementação dessa estratégia e de suas conseqüências na vida de negros e negras de nosso país.

A Lei Caó, com a Constituição de 1988, criminalizou o racismo e foi o resultado de uma mobilização parlamentar de centro-esquerda para atender às reivindicações do movimento social negro que se acumulavam desde a década de 70. Esse instrumento jurídico-político tem tido maior eficácia como uma simbologia que desmascara/denuncia a farsa da democracia racial brasileira e ainda, carece de recursos para o aperfeiçoamento dos dispositivos legais, tipificando os crimes de racismo.

A Fundação Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, instituída no ano de 1988, foi uma realização do governo Sarney como resposta à ampla mobilização do movimento negro contra a farsa do centenário da Abolição. Este órgão público representou mais a institucionalização de uma estrutura pública de combate ao racismo no âmbito do governo federal, com pouca eficácia na gestão de políticas para a inclusão da população negra na vida política, econômica e cultural do país.

A marcha à Brasília, em comemoração ao ***Tri-Centenário da Morte de Zumbi***, pautou na ordem do dia o debate sobre o racismo no Brasil e a conseqüente divisão racial do trabalho, obrigando Fernando Henrique a dar uma resposta perante a sociedade, trazendo à tona a discussão sobre a possibilidade da existência de políticas de ações afirmativas no país durante o seu governo, o que na prática não se concretizou.

No governo de FHC, no ano de 1995, após a ampla mobilização dos 300 anos de Zumbi dos Palmares, que teve como seu ápice a Marcha contra o Racismo, pela Igualdade e pela Vida (que reuniu, naquele ano, cerca de 30.000 pessoas de todo o país, em Brasília) — a negociação resultou na formação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (o GTI), criado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, no âmbito da Secretaria

Nacional de Direitos Humanos - Ministério da Justiça, em 20 de novembro de 1995 e o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTDEO), criado em março de 1996 no âmbito do Ministério do Trabalho, com a finalidade de sugerir medidas compensatórias à população negra em diversos itens tais como saúde, educação, mercado de trabalho e meios de comunicação.

Com a reeleição de FHC, no ano de 1998, ocorreu a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos com a função de formular políticas públicas e privadas de ações sociais para a redução das desigualdades no Brasil. Em relação à população negra, este programa apóia as medidas elaboradas pelo GTI, e propõe debate sobre a criação de cotas para negros nas universidades públicas, no mercado de trabalho e na mídia.

No ano de 2001, mais precisamente em outubro, um mês após a Conferência Internacional Contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância, realizada na África do Sul, o Governo Federal cria o Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD, ligado ao Ministério da Justiça, com a finalidade de *"propor e avaliar as políticas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos, grupos sociais e étnicos afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância"*¹. Além dessa medida, algumas ações do governo foram tomadas como a do Ministério da Reforma Agrária.

A atual posição do Governo Federal e os objetivos dos projetos em tramitação é acenar com a possibilidade de incorporação ou de mobilidade social para setores da população negra, a partir de uma plataforma de desenvolvimento ou de crescimento nacional que vai fazer parte do debate das eleições que se aproximam.

Novamente está em debate a integração do negro na sociedade de classes, e isso, diz respeito às possibilidades e limites do capitalismo brasileiro em

¹ Atos do Poder Executivo – Decreto n.º 3.952, de 04 de Outubro de 2001 – Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação - (CNCD).

ajustar a distância social entre as classes, de incorporar o negro, como parcela excluída da sociedade e de criar condições objetivas para o seu acesso e participação nos benefícios sociais dispostos na sociedade brasileira.

O desafio está em discernir, criticamente, no jogo da conjuntura política neoliberal qual é a perspectiva do Governo Fernando Henrique Cardoso, novamente em aliança com um setor do movimento negro que o apóia e que tem servido de base de sustentação ao seu governo, e aponta para uma pontual incorporação das demandas por políticas de combate ao racismo e representação político-institucional, num período final do mandato presidencial.

O Governo FHC fecha um ciclo de submissão ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial. A maneira com que o governo tucano encara a questão racial no Brasil explicitou-se durante as comemorações dos "500 anos", onde os negros enfrentaram, do lado de outros setores do movimento social, bombas, tiros da polícia de FHC e ACM em Porto Seguro.

Ao pensar a implantação de políticas sociais em tempo de regulamentação do Estado Mínimo é preciso estar atento e refletir sobre os interesses das forças políticas, das classes, dos grupos sociais, das relações de raça/etnia para se implantar essas políticas.

Está em marcha um diálogo, aparentemente surdo, entre as reivindicações dos chamados novos movimentos sociais — que defendem igualdade de condições sociais para os diferentes, e as políticas governamentais brasileiras em resposta à essas demandas.

São inúmeras as estratégias que a ideologia neoliberal poderá lançar mão para sobreviver diante das críticas às inconseqüências da globalização, que na verdade, têm acentuado a exclusão social, a intolerância à diferença e o acirramento do racismo, para falar apenas dos aspectos mais evidentes da conjuntura internacional.

AS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA E DE COTAS.

O debate sobre a política de ação afirmativa, de cota e de projetos em tramitação no Congresso Nacional, de iniciativa de parlamentares de diferentes partidos, introduzem o debate sobre as cotas como parte ou como instrumento da adoção de políticas afirmativas para a superação do racismo e das desigualdades raciais.

Nesse debate, sobre as possibilidades de implementação de política afirmativa, sob o arco das forças que sustentam o governo de FHC, destaca-se uma possível divisão ou uma falsa postura de derrota de alguns setores do governo. Como exemplo, citamos a posição do Ministro da Educação, Paulo Renato, contrário à implantação da política de cotas proposta pelo Comitê Nacional responsável pela preparação da participação brasileira na III Conferência Mundial da ONU contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, realizada em Durban, África do Sul, de 31 de Agosto a 07 de Setembro de 2001.

Mas o que ocorre, concretamente, é a construção de mais um órgão institucional de caráter consultivo com o objetivo duvidoso, diante do programa de governo excludente desenvolvido por FHC, de acompanhar e avaliar a implantação de políticas públicas afirmativas.

Durante e após a realização da III Conferência Mundial contra o racismo, a imprensa pautou o debate em torno das controvérsias a respeito da política afirmativa, que no Brasil é interpretada e na prática efetiva-se como políticas de cotas.

Por mais que se diga que política afirmativa não é reserva de vagas ou cotas, que é apenas um instrumento para a inclusão da população negra através de cotas na educação, mercado de trabalho, mídia e etc., o que se vê é o avanço de uma política governamental que, respaldada por dados estatísticos, diagnósticos, e apoio de setores do Movimento Negro, defende por meio das cotas a inclusão de negros e negras nas universidades públicas, como uma política de resultado mínimo diante do dilema do racismo na sociedade brasileira.

É importante lembrar que ainda está latente no imaginário de negros e brancos brasileiros a luta dos afro-norte-americanos contra a política segregacionista dos EUA, embalada no movimento por direitos civis na década de 60. Essa experiência histórica tem sido considerada como relevante e um fator de legitimação para a implantação de políticas afirmativas aqui no Brasil.

Mas, é necessário e importante lembrar que a implantação da estratégia norte-americana para atenuar os conflitos raciais chega ao nosso país com quatro décadas de atraso, num momento de refluxo dos movimentos sociais afro-americanos e de avanço da política conservadora do Governo Bush, que restringe as políticas sociais (a mesma política desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso nos seus dois mandatos) e está legislando contra as políticas públicas afirmativas em vários Estados Norte-americanos. Como exemplo, ver as investidas dos conservadores californianos que estão estabelecendo legislações restritivas à política afirmativa.

Voltando ao debate interno do país, o curioso é que tanto as forças conservadoras quanto as progressistas têm manifestado adesão ou rejeição à implantação das políticas afirmativas por motivos radicalmente diferentes.

O POSICIONAMENTO DAS FORÇAS CONSERVADORAS

Muitos conservadores brasileiros são contra a política afirmativa porque sequer conseguem imaginar uma política de expansão dos benefícios sociais, visto que estão assentados nos privilégios, garantidos pelo caráter desigual das relações sócio-raciais. Comungam uma ideologia racista do tipo tradicional, semelhante ao comportamento dos conservadores sulistas norte-americanos.

Mas isso não é tudo. Há outras vertentes. A ideologia racista cultural que afirma que a diferença é um dado da cultura e justifica a existência natural das diversas raças/etnias, em que alguns desenvolveram o bom desempenho das habilidades físicas e artística; enquanto outros são mais dados à racionalidade tecno-científica.

A ideologia racista neoliberal, mais moderna, atualmente hegemônica no Brasil, admite o racismo por pressão dos movimentos sociais, mas na utilização da estratégia de negociação para amenizar as contradições sócio-raciais, implementa uma política de cima para baixo, de menor custo e alcance social. Assim, de forma oportuna, instrumentaliza o direito à diferença para se sustentar no jogo da disputa política por destinos da sociedade brasileira.

É o que chamamos de uma política racial perversa do Estado Mínimo, que longe de combater as estruturas do racismo fundadas na desigual condição social de 44% da população brasileira, procura institucionalizar políticas mínimas para dar ao Estado brasileiro uma publicidade democrática. Em outras palavras, uma estratégia conservadora travestida de liberal que retorna com uma nova roupagem e reedita o que o movimento negro pensa ter enterrado: o mito da democracia racial.

Essa política tenta dialogar e seduzir apenas um setor que é minoritário, a população negra universitária. Não dá resposta ao dilema de quase 65 milhões de brasileiros que nesses últimos 500 anos, resistiram por inúmeras gerações sob a mais cruel e desigual condição social e contra toda uma política de Estado que impedia a superação deste quadro, na medida em que negava a existência do racismo como um mecanismo que restringe a participação da população negra e pobre na sociedade de classe, confinando-a aos espaços da periferia das cidades, aos baixos salários, aos subempregos, à comercialização da sua cultura a preços baixíssimos, à educação pública de péssima qualidade, ao extermínio por ação da violência policial e à feminilização da pobreza, principalmente, da mulher negra.

Essa é a ideologia racista moderna que, ora explora o negro por sua condição de classe, ora explora o negro por sua condição racial, ora por sua condição de gênero.

O POSICIONAMENTO DAS FORÇAS PROGRESSISTAS E DE ESQUERDA

Alguns setores dos partidos políticos e mesmo setores do movimento negro atuantes no campo da esquerda fazem a denúncia desse racismo do tipo moderno. Colocam-se contrários à implantação de políticas afirmativas ou de cotas, porque diante do dilema do negro afirmam que no Brasil a maioria da população pobre é negra.

São setores, entre eles o nosso partido, o PT, que mesmo denominados como progressistas ou de esquerda e incorporando o discurso da necessidade de uma política de combate ao racismo, ainda repetem um antigo equívoco: secundarizam as contradições raciais ou omitem outros aspectos estratégicos para a compreensão da realidade brasileira, não incorporando a dimensão racial como fundamental para a superação das desigualdades e para a construção de um projeto político de desenvolvimento e de transformação da realidade do país.

Ao não compreender o papel e a importância do racismo na estruturação e reprodução de desigualdades em nossa sociedade, esse bloco de forças torna-se, ainda que involuntariamente, cúmplice da ideologia racista hegemônica que denunciemos no bloco de forças anterior, o das forças conservadoras.

O DEBATE QUE ESTAMOS PROPONDO: QUE ESTADO TEM CONDIÇÕES DE IMPLEMENTAR POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA O COMBATE E A SUPERAÇÃO DO RACISMO NO BRASIL.

A classe dominante brasileira, tanto na sua versão urbana do tipo industrial quanto a do tipo rural, não foram capazes de incorporar a população negra na estrutura de produção e consumo. Por isso, são alarmantes os índices de desemprego e desigualdade na política de distribuição de renda quando se compara a mobilidade social entre negros e brancos.

O arranjo estrutural brasileiro em relação à crise fiscal enfrentada com as privatizações do patrimônio público e a inseqüente desconstrução do aparelho estatal, demitindo trabalhadores desses aparelhos, levou o desmonte dos serviços públicos e dos programas, reduzindo orçamento nas áreas essenciais como saúde, educação, assistência social, acirrando as desigualdades sociais dos negros e negras no Brasil.

Este ajuste econômico que implica basicamente em: 1) eliminar direitos sociais constantes da Constituição brasileira; 2) introduzir mecanismos privatizantes na condução das políticas sociais, como as organizações sociais e as agências executivas; 3) quebrar o princípio de universalização de direitos, impondo em seu lugar critérios de seleção e focalização de clientela. São estes os desafios a serem enfrentados neste Encontro pelos seus delegados e delegadas, em resposta à demanda da população.

Qualquer projeto de governo que não atender, prioritariamente, às fortes demandas por incorporação social da população trabalhadora negra e pobre, certamente, não poderá superar o racismo.

É fundamental uma política governamental que combine incorporação na esfera do emprego e distribuição de renda, no campo e na cidade, com a legitimidade do direito à diferença, que reconhece a necessidade do recorte de raça/etnia/gênero nas políticas públicas, afim de atingir a população negra e trabalhadora.

Tal articulação só é possível em Estado do tipo distributivo e capaz de reverter, através do seu projeto ideológico, os interesses do Estado para os de baixo, aqueles que tem direito a ser diferente, não porque são diferente em si, mas por que foram alijados dos benefícios sociais exatamente por que eram diferentes. Assim, é possível desconstruir a lógica do racismo.

As reformulações na esfera da superestrutura, principalmente, as de caráter jurídico-política, de competência do Estado, são uma resposta dada através das leis, dos interesses da religião, da educação, partidos e segurança pública, que só têm eficácia quando são expressões do progressivo atendimento à quebra da resistência ao fim das desigualdades sócio-raciais.

Os sujeitos organizados, os de baixo, devem ter olhar crítico para com as direções e/ou negociadores. Nem sempre eles dialogam ou representam os interesses dos de baixo, trabalhadores, pobres e negro. Nem sempre quebram a ideologia conservadora e invertem os interesses de classe, raça e gênero.

As políticas públicas precisam ter esses recortes para oferecer melhor condição social para superarmos a desigualdade, o racismo e o machismo.

Os programas de combate ao racismo devem ser implantados até atingir todos os órgãos e serviços públicos que prestam serviços de qualidade à população. O combate ao racismo é uma política pública que interessa e diz respeito a negros e brancos no Brasil.

Certamente, ela não será implementada de forma harmoniosa, mas lutar é superar as contradições e acreditar que vencer é possível!

AS INFLUÊNCIAS DE DURBAN NESSE DEBATE

O movimento negro brasileiro, através de várias atividades que estão sendo organizadas em diversos Estados, começa a esboçar uma avaliação ou posicionamento sobre as consequências da III Conferência Mundial contra o Racismo realizada em Durban, na África do Sul, aqui no Brasil e no mundo.

Avaliação que aponta a importância do processo de organização para uma nova qualidade do combate ao racismo em todos os países que participaram da Conferência e uma visão vitoriosa das conquistas que estão presentes aprovadas no documento final de Durban, que mesmo com suas limitações pode ser um importante instrumento de luta contra o princípio da igualdade de oportunidades que promovem a democracia liberal-burguesa e a globalização neoliberal capitalista, que implementada em todo o mundo, tornou-o repleto de iniquidades, que agravam e perpetuam as desigualdades.

A CONJUNTURA INTERNACIONAL APÓS OS ATENTADOS TERRORISTAS AO WORLD TRADE CENTER.

Entretanto, devemos ampliar essa avaliação para o que aconteceu nos Estados Unidos, em Manhattan, no dia 11 de Setembro, quando muitas das delegações que participaram da Conferência retornavam aos seus países.

Parece fora de dúvida que o 11 de setembro, ano I, século XXI, dia do atentado contra o auto denominado Centro Comercial Mundial e o Pentágono,

nos Estados Unidos, bem pode se configurar como uma data relevante deste novo século. Todavia, qualquer que seja o significado que a história venha lhe conferir, ele já recolocou a questão do terrorismo no centro do debate político contemporâneo.

Muito já se mencionou sobre o inesperado, o simbolismo dos alvos buscados e atingidos (a expressão do poder econômico e militar do coração do imperialismo), a aberrante instrumentalização de aeronaves comerciais com passageiros para a realização das ações, a enorme tragédia que matou milhares de civis (parcela ponderável era constituída de trabalhadores empregados em restaurantes e nos diversos estabelecimentos de prestação de serviços e de comércio localizados nas chamadas Torres Gêmeas, bombeiros, entre outras categorias) e o conteúdo de espetáculo comercialmente explorável que os atos inevitavelmente assumiram nestes tempos de protagonismo das comunicações instantâneas de massa.

Todos são aspectos relevantes do quadro de barbárie produzido pelo capitalismo.

Mas, estes atos, pelo impacto mundial que provocaram, pelos prejuízos e conseqüências econômicas, financeiras, morais e bélicas que ensejaram, exigem um posicionamento formal e uma atitude prática de todos os sujeitos políticos envolvidos, especialmente dos agrupamentos partidários.

Isto é tanto mais urgente quanto já vai se compondo o cenário de reação imperialista, em que o governo Bush, com a cumplicidade rastejante dos governos do G-8, da chamada Comunidade Européia e da América Latina, tendo o Brasil à frente, anuncia e prepara a vingança, passando por cima das leis e acordos que conformam o chamado direito internacional.

É evidente que o imperialismo, pretextando o combate ao terrorismo internacional, afia as garras para submeter os povos do mundo a uma escalada militar de alcance imprevisível. Escalada esta que tem vários objetivos: tentar recompor no imaginário dos povos a condição (arranhada pelas operações terroristas) dos EUA como polícia neocolonial do planeta, além de por em prática

o keynesianismo militar como busca de saída para crise do capitalismo, via investimentos maciços na indústria da morte e do terror.

Como consequência inevitável, os últimos capítulos da mudança no cenário internacional irão sem dúvida fortalecer o racismo contra árabes, muçulmanos e imigrantes. A crise do desemprego na Europa, que propiciou solo fértil para o florescimento de novas formas de facismo, são mais do que nunca, um exemplo de que basta uma crise surgir para fazer aflorar o racismo que às vezes fica incubado, mas que é uma prática a qual a humanidade freqüentemente recorre.

Este momento serve para nós, negros e negras, como referência para uma reflexão, somado à nossa trajetória no Brasil, na África e na Diáspora, através de séculos de uma história de opressão que insiste em existir até os dias atuais, estabelecendo o alicerce sob o qual se construirá nossa intervenção dentro do Partido dos Trabalhadores, nos movimentos sociais, bem como nossa elaboração para o Programa de Governo petista de 2002.

A presente reflexão, assim, tem duas motivações: sistematizar uma posição capaz de orientar a postura de nossos companheiros e companheiras nos movimentos sociais, na institucionalidade e na sociedade em geral, na condição de socialistas e revolucionários e revolucionárias que reivindicamos e, também marcar uma diferenciação político-ideológica frente a uma conduta que se limita a condenação em geral do terrorismo político, entendido na acepção ultra-restritiva de ataque a civis ou a inocentes, esquecendo, sintomaticamente, que o terror tem sido a crônica cotidiana do imperialismo, especialmente o que é promovido pelos EUA.

Faz-se necessário, portanto, reafirmar a nossa condenação a todas as práticas de terror das classes dirigentes no mundo, bem como nossa solidariedade ao povo dos EUA.

A ATUALIDADE DA LUTA PELO SOCIALISMO

A atualidade da luta pelo socialismo como sociabilidade antagônica àquela instaurada pela batuta do capital, além da convicção de que a materialização de tal sociedade não decorre de um simples acúmulo de reformas parciais, mas, diferentemente e sem prejuízo da necessária e permanente disputa por tais medidas.

O socialismo é um estágio de organização da sociedade que requer uma revolução social, processo que envolve um momento de ruptura global da ordem existente (a do capital) e que supõe a ocorrência de conflitos sociais em que a força e mesmo a violência dos debaixo, há que se fazer presente como forma de neutralizar e vencer a reação violenta e o terror praticados pelos de cima e, assim, abrir caminho no sentido de concretizar o anseio da auto-emancipação de trabalhadores e trabalhadoras e do povo.

Trabalhar na institucionalidade e nos movimentos sociais a fim de impedir que qualquer parcela do patrimônio público seja utilizada em apoio ao esforço bélico imperialista, manter a atualidade de nossa luta em defesa da soberania nacional e continuar realizando a denúncia sistemática do governo como subserviente e anti-nacional, acumulando para o aprofundamento do seu desgaste e para que os movimentos sociais se fortaleçam numa luta anti-imperialista, anti-latifundiária e anti-capitalista, e acima de tudo, anti-sexista e anti-racista.

O COMBATE AO RACISMO EM UM CENÁRIO DE INCERTEZA E INSTABILIDADE

No mundo todo o racismo se acentua, agravando ainda mais a situação dos negros e negras, na África e na Diáspora.

A globalização apresenta uma reengenharia que elimina postos de trabalho, acelerando o processo de exclusão do povo negro, que não tem acesso à qualificação técnica para a disputa por uma vaga e historicamente ficou à margem de todo desenvolvimento proporcionado pelo capitalismo.

O imperialismo americano, através da mundialização da economia em seu estágio mais avançado, desenvolve uma política de extermínio, acirrando o processo de destruição de países periféricos e do continente africano, coberto por guerras étnicas em consequência de todo um processo de colonização e concentrando 75% de toda a população portadora do vírus HIV do planeta.

Os interesses do grande capital colocam a vida de milhões de africanos em segundo plano, em uma escala de prioridades onde o lucro é o principal objetivo. Com isto, os países africanos travam uma disputa com os grandes laboratórios, que fazem uso de suas patentes para impedir a fabricação de remédios genéricos a preços infinitamente inferiores e acessíveis a população infectada pelo vírus HIV.

Sabemos que o poder das grandes corporações transnacionais e dos grandes organismos internacionais por elas controlados estão no centro das maiores tragédias que inserem o continente africano, berço da humanidade, em um mar de miséria e penúria. Porém, é o racismo, dentro da lógica do capital, que coloca a África no esquecimento (inclusive no interior de partidos e movimentos sociais) e faz com que as vítimas do terrorismo nos EUA sensibilizem mais o mundo do que as vítimas que morrem na África todos os dias, em decorrência de uma forma de terror ainda mais cruel e mortal.

Persiste, ainda mais agravado, o quadro mais geral de incerteza e instabilidade que tem marcado o capitalismo neste período em que a especulação comanda e condiciona o processo de acumulação, através de mecanismos amplamente desregulamentados e mundializados.

Neste cenário, o questionamento aos dogmas do neoliberalismo vai sendo "arrastado" da propaganda dos partidos de esquerda, da vanguarda dos movimentos sociais, dos debates nas universidades, dos cadernos especializados, dos grandes jornais e revistas para o terreno da contestação mais ampla.

As rebeliões populares no Equador, nas manifestações contra a OMC em Seattle, nas batalhas de Washington, de Praga, Quebec e Davos (Suíça), na Marcha Mundial de Mulheres, na Marcha dos Indígenas organizada pelo EZLN, no

retorno da Intifada na Palestina contra o governo sionista de Ariel Sharon, nas manifestações na Coréia, nos vigorosos protestos contra a ALCA em Buenos Aires ou em Quebec, nas manifestações em Gênova e na realização, em Porto Alegre, do Fórum Social Mundial, postulando sem significativa ambigüidade a possibilidade da construção de um "outro" mundo, são bem o retrato da conjuntura atual.

Na América Latina, como vimos, essa é uma conjuntura que, além dos elementos acima, coloca na ordem do dia a necessidade de um intenso esforço de esclarecimento e agitação, bem como de organização de mobilizações contra três manifestações centrais do imperialismo: a dívida externa, a ALCA e o Plano Colômbia, combinados com a defesa de uma real integração dos povos da América. A este movimento geral impõe-se articular outros movimentos de caráter contra-ofensivo: a luta pela libertação de Múmia Abu-Jamal, participar da Marcha ao Muro da Vergonha e da Morte na fronteira do México com os Estados Unidos e do III Encontro pela Humanidade contra o Neoliberalismo que ocorrerá em Cuba, no mês de novembro.

É um momento novo também, pela presença e/ou visibilidade de novos agentes políticos, cabendo ressaltar a realização da "III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas", que representou uma oportunidade histórica de formular e efetivar políticas com a intervenção de negras e negros de diversos países, desnudando perante o mundo o quadro produzido pelo racismo, através de práticas discriminatórias produzidas em séculos de colonialismo e imperialismo.

Mais emblemática que a saída de Israel, a saída dos EUA da III Conferência Mundial torna óbvio e evidente o desejo norte-americano de retaliar qualquer possibilidade de discussão e admissão de sua política imperialista excludente, que não é recente, negando qualquer possibilidade de reparação ou qualquer medida política que possa conter em si ou em seus desdobramentos um prejuízo financeiro e moral para o grande capital. Desnuda também a face de total intolerância do campo político mais reacionário dos EUA, representado hoje

na figura do presidente Bush, que para além da imobilidade da Europa na Conferência, se recusou a participar do processo de discussão.

Certamente são questões que se consideradas num cenário cada vez mais complexo, contribuem para a concretização de novas estratégias de combate ao racismo no Brasil e no mundo.

OS OBJETIVOS DESSE DEBATE: COMBATER O RACISMO E CONSTRUIR O PARTIDO DOS TRABALHADORES.

É impossível a cidadania do povo negro nos limites do atual modelo econômico e político do país;

é impossível pensarmos transformações estruturais na sociedade brasileira sem o tratamento devido da questão racial negra;

o combate ao racismo é estratégico seja na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, como para projetarmos uma sociedade futura, multirracial e, principalmente socialista.

Estes são os principais pontos de nossa estratégia de intervenção do debate de idéias e na construção do Partido dos Trabalhadores. São consequências dos acúmulos teóricos, dos discursos e práticas do PT no combate ao racismo ao longo de seus vinte e um anos de existência.

Acúmulos, discursos e práticas que precisam ser confrontados com a realidade destacada nessa tese que estamos apresentado e pelos inúmeros documentos, estudos e pesquisas produzidos pelas entidades do movimento negro e por órgãos governamentais e não-governamentais, durante o processo de organização da III Conferência Mundial contra o Racismo.

Eles confirmam o que a luta anti-racismo tem demonstrando há tempos no Brasil no debate tanto com as forças conservadoras como com as forças progressistas e de esquerda, entre elas o Partido dos Trabalhadores: as desigualdades entre negros e brancos são consequências do racismo que há séculos atua como um instrumento de exploração, opressão e dominação de

classe. Que determina a participação subordinada de grupos não-brancos na estrutura de poder e riqueza de nossa realidade.

Aprofundar o debate sobre as estratégias de combate ao racismo frente a essa realidade é a principal proposição deste VII Encontro para a próxima gestão da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo.

O roteiro/temário para esse debate foi indicado pelo Coletivo da SNCR que termina sua gestão no VII Encontro Nacional de Combate ao Racismo:

- o debate em torno das relações raciais no mundo, diante do atual quadro político, econômico, social, cultural, em tempos de globalização e neoliberalismo;
- o debate sobre as estratégias do movimento negro contemporâneo e seus principais desafios;
- o debate conceitual sobre a construção de um pensamento de esquerda no Brasil, em torno das relações raciais, de gênero e de livre orientação sexual;
- o debate sobre o racismo, a discriminação racial, a xenofobia, as formas de opressão e de intolerância, na construção de um projeto alternativo ao neoliberalismo: a sociedade socialista;
- o debate sobre a questão racial, políticas públicas e territórios urbanos, rurais e remanescentes de quilombolas: a incorporação de novas demandas sociais e de temáticas como trabalho e religiosidade;

A nova gestão da SNCR deve organizar para o primeiro trimestre de 2002 a proposta, há tempos aprovada em encontros passados, de realização de uma Conferência Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores, precedida de Conferências Regionais, que cruze o debate desse roteiro/temário com a necessidade de elaboração de um Programa de Governo para as eleições de 2002 e de um planejamento estratégico para a intervenção da Secretaria nos seus próximos 3 (três) anos.